



Relator conclui hoje parecer sobre texto da LDO 2013

Presidente da Comissão Mista de Orçamento prevê votação para a terça que vem; projeto recebeu de senadores e deputados mais de 4 mil emendas, número recorde

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, senador Antonio Carlos Valadares, recebeu ontem a proposta de texto final elaborada por consultores legislativos da Câmara dos Deputados e

do Senado. O projeto recebeu mais de 4 mil emendas — número recorde. Valadares prevê concluir hoje seu parecer, que deverá ser votado pelos deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento na terça-feira que vem. **2**

Recorde

Do total de emendas, 3.202 foram apresentadas ao texto original e 920 para montar o Anexo de Metas e Prioridades

2013	4.122
2012	3.010
2011	2.694

“Os partidos já não têm mais função”, diz Safatle

Conferencista propõe a ampliação dos mecanismos de democracia direta e a substituição dos

atuais partidos, já sem comunicação real nem identidade com o eleitor, por “frentes”. **4**



Lin de Paula/Agência Senado

Safatle (D) em fórum que terá mais dois debates: hoje e em 7 de agosto



Geraldo Magela/Agência Senado

Representante indígena fala durante audiência solicitada por Capiberibe (5º à esq.) e presidida por Paulo Paim (C) na Comissão de Direitos Humanos

Demarcação de terras não deve ser do Congresso, dizem indígenas

Propostas que transferem a responsabilidade do Executivo para o Legislativo foram criticadas ontem durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Representantes dos índios argumentaram que bancada ruralista dificultaria o processo. **4**

especial Cidadania

O *Jornal do Senado* deixa de publicar hoje, por motivos técnicos, o *Especial Cidadania*, como acontece todas as terças-feiras. A próxima edição do *Especial* será veiculada em 10 de julho, terça da semana que vem. O tema abordado será o combate à violência contra a mulher.

Demóstenes Torres volta à tribuna e pede desculpas aos senadores **3**

Integrantes da CPI do Cachoeira apoiam decisão contra acusados **3**

TV Senado lança sinal digital em Fortaleza

Em cerimônia na Assembleia Legislativa do Ceará, foram lançadas as transmissões digitais da TV Senado, da TV Câmara e da TV Assembleia para Fortaleza. Pelo acordo fechado entre Senado e Câmara,

a Casa que criar estação digital em determinada localidade cederá à outra uma faixa da programação. Na cerimônia, falou-se da importância do sistema de comunicação do Poder Legislativo. **3**

O senador Inácio Arruda (E) e o diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita (2º à esq.), participam da cerimônia no Ceará



Edson Junior/Pb

Valadares conclui hoje parecer do projeto da LDO

Proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 recebeu mais de 4 mil emendas; pronto o parecer do relator, presidente da Comissão Mista de Orçamento prevê votação para terça-feira que vem

O SENADOR ANTONIO Carlos Valadares (PSB-SE) deve apresentar hoje o relatório final ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013.

Ontem, ele recebeu de consultores legislativos da Câmara e do Senado a proposta de texto final, que, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), será colocado em votação na próxima terça-feira.

O projeto recebeu 4.122 emendas — 3.202 de texto e 920 para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades. Essas últimas devem ser acolhidas, desde que estejam tecnicamente corretas. As demais passarão pela peneira da relatoria.

O número de emendas apresentadas é recorde. Nos

últimos dois anos, os parlamentares propuseram respectivamente 3.010 e 2.694 emendas de texto.

O projeto tem pontos polêmicos. O governo quer liberdade para executar integralmente em 2013 os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das estatais, mesmo que a lei orçamentária não seja sancionada até 31 de dezembro. Parlamentares da oposição apresentaram emendas excluindo esse dispositivo.

Outra polêmica está nas transferências voluntárias de recursos da União para convênios com estados e municípios. O projeto desobriga os entes federados de cumprir as regras relativas ao controle de custo de obras e serviços de engenharia,

como respeito às tabelas oficiais de custos nas licitações de obras de engenharia e rodoviárias. Segundo o texto, os repasses para convênios serão regidos por uma norma dos ministérios do Planejamento e da Fazenda e pela Controladoria-Geral da União.

A oposição deverá cobrar do relator a inclusão de um dispositivo obrigando o projeto da lei orçamentária, que chega ao Congresso em agosto, a definir um valor para atender à Lei Kandir, que isentou do ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados. O assunto é especialmente delicado para estados exportadores, como Pará, São Paulo e Minas Gerais. *(Com informações da Agência Câmara)*

Paim pede que texto inclua reajuste de aposentado

Em discurso, Paulo Paim (PT-RS) disse que apresentou emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. Ele pediu atenção para a previsão de reajuste real para os aposentados e pensionistas — segundo ele, sua principal proposta.

Entre as 32 propostas de



Waldemir Barreto/Agência Senado

emendas feitas por Paim, estão o apoio às iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres, a instalação de mais postos da Previdência Social, políticas culturais de incentivo à

igualdade de gênero, a preservação do patrimônio cultural brasileiro, a modernização da rede pública não federal de

educação profissional e tecnológica e projetos de transporte coletivo urbano.

O senador defendeu a participação da população nas discussões e lembrou que sua proposta de emenda à Constituição que legitima a participação popular no Orçamento (PEC 23/05) está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Capiberibe elogia desembargadora indicada no Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) elogiou ontem a indicação da juíza Sueli Pereira Pini para o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Amapá. Segundo o senador, Sueli foi a criadora do Projeto Justiça Itinerante, que serviu de modelo para outros estados.

— Fóruns sobre barcos ou sobre rodas, esses juizados especiais recriaram a relação entre Justiça e cidadãos — disse.

Capiberibe também elogiou o Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá (Pró-Amapá), que reserva R\$ 300 milhões do governo estadual para aperfeiçoamento de serviços públicos.

Pimentel afirma que novo Plano Agrícola é o maior da história

José Pimentel (PT-CE) disse ontem que o Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013, lançado dia 28

pela presidente Dilma Rousseff, é o melhor e maior plano de safra de toda a história do Brasil: além de aumentar o volume de recursos para a agricultura e os limites individuais de financiamento, diminui os juros. Ele explicou que o objetivo do plano é incentivar o médio produtor e inserir o Brasil na produção agrícola internacional.

Ana Amélia critica serviços aeroportuários

Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem a deficiência dos serviços aeroportuários. Ela relatou viagem que fez no fim de semana para Montevidéu, no Uruguai: na noite de domingo partiu de Brasília, onde o aeroporto tinha banheiros sujos e escadas rolantes paralisadas, e enfrentou atraso de uma hora no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Ela também criticou os serviços terceirizados, que deveriam ser temporários e se tornaram permanentes.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: PLV tranca a pauta

14h A sessão plenária deliberativa tem a pauta trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 15/12) que amplia crédito do BNDES e altera regras do Minha Casa, Minha Vida.

PRESIDÊNCIA: TREs, Santos F. C. e TST

11h José Sarney recebe o presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, Marco Villas Boas; às 11h30, o presidente do Santos Futebol Clube, Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro; às 16h, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen.

CMA: Avaliação dos resultados da Rio+20

8h30 Com a presença, entre outros, do embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão de Meio Ambiente realiza audiência pública para avaliar os resultados da Rio+20. Às 10h30, haverá cerimônia de colocação do retrato do ex-senador e atual governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, na galeria de ex-presidentes da CMA.

CAE: Dedução de medicamentos no IRPF

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que permite aos aposentados de baixa renda a dedução no Imposto de Renda de despesas com medicamentos. Logo após, será analisada a mensagem que submete o nome de Ana Dolores de Novaes para a Comissão de Valores Mobiliários.

CPI DO CACHOEIRA: Quatro serão ouvidos

10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados ouve Joaquim Gomes Thomé Neto, Edivaldo Cardoso de Paula, Ana Cardoso de Lorenzo e Rosely Pantoja da Silva.

CE: Funcionamentos de escolas infantis nas férias

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que trata do funcionamento de estabelecimentos públicos de educação infantil durante as férias escolares em benefício da comunidade.

CPI DA MULHER: Secretários de Santa Catarina

14h Reunião da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a situação da violência contra a mulher com a presença de secretários do estado de Santa Catarina: da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e de Segurança Pública, César Augusto Grubba.

CCJ: ICMS para comércio pela internet

14h30 Locador só deverá reparar danos a terceiros se tiver culpa direta. A proposta está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também em pauta o substitutivo a três propostas de emenda à Constituição que modificam as regras de distribuição do ICMS incidente sobre o comércio de bens e serviços pela internet.

CMO: Votação de créditos para ministérios

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para votar projetos de lei que autorizam créditos para ministérios e órgãos públicos.

CRA: Agronegócio e Rússia

15h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebe delegação da Rússia. O tema do encontro com os senadores Gennady Gorbunov, Sergey Belousov e Vagiz Mingazov será o agronegócio.

FÓRUM: Governabilidade

19h Prossegue o Fórum Senado Brasil 2012, ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade. Democracia liberal e governabilidade será o tema de Helton Adverse, da UFMG.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

TV Senado e TV Câmara lançam sinal digital em Fortaleza

Numa cerimônia na Assembleia Legislativa do Ceará, foi lançado ontem o sinal digital para Fortaleza da TV Senado, da TV Câmara e da TV Assembleia.

O secretário de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, falou da importância do sistema de comunicação do Legislativo. Segundo ele, o que os meios de comunicação privados divulgam nem sempre corresponde ao “trabalho honesto e competente que os parlamentares realizam”.

A diretora da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, Sueli Navarro, lembrou que esteve na Assembleia em 2006, quando começaram as transmissões analógicas da emissora.

— Estávamos presos em um canal a cabo. Não tínhamos condições de falar com a maioria da população, que não tem condições de pagar caro para acompanhar o trabalho do parlamentar. Essa rede é um passo importante para a expansão dessas informações — disse ela.

Em Fortaleza, a TV Senado é transmitida em sinal aberto analógico desde 2007. A iniciativa lançada ontem é resultado de um acordo firmado entre o Senado e a Câmara pelo qual a Casa que implantar sua estação de TV digital em determinada localidade cederá à outra uma faixa da programação, com a assembleia legislativa do respectivo estado respondendo pelos custos de instalação e de manutenção. (com informações da Assembleia Legislativa do Ceará)

Durval: povo foi decisivo para Independência da Bahia, em 1823

João Durval (PDT-BA) lembrou que ontem se comemoraram os 189 anos da Independência da Bahia. O 2 de Julho de 1823 é uma das datas históricas mais importantes do estado.

— Enquanto o Brasil comemorava a libertação, na Bahia a renda gerada pela cana-de-açúcar mantinha a cobiça de Portugal. A ordem era resistir.

A Bahia, lembrou o senador, foi o estado de onde os portugueses saíram com mais resistência, mesmo com o anúncio de liberdade feito por dom Pedro I em 1822. Essa resistência, disse, levou a uma guerra que envolveu soldados e o povo — que pegou em armas.

Demóstenes pede desculpas e se diz alvo de campanha difamatória

Senador revela que se defenderá na tribuna todos os dias até 11 de julho, quando seu processo de cassação deve ser julgado no Plenário

O SENADOR DEMÓSTENES Torres (sem partido-GO) voltou a afirmar sua inocência em relação às acusações de que teria usado seu mandato a serviço de Carlinhos Cachoeira, apontado como líder de uma organização criminosa. Ontem o senador se disse vítima de campanha difamatória, questionou as escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal e se desculpou com os colegas que o apoiaram quando surgiram as primeiras denúncias.

— Não me pesa a consciência; ela continua limpa. O que pesa é carregar pelo isolamento dos corredores os grilhões impostos pelos holofotes — disse.

Demóstenes afirmou ter relação de amizade com Cachoeira, mas negou qualquer negócio. Ele rebateu pontos do parecer de Humberto Costa (PT-PE), aprovado por unanimidade no Conselho de Ética, em que é classificado como “despachante de luxo” de Cachoeira. Também negou ter mantido servidores-fantasma em seu gabinete, outro ponto mencionado no parecer, e garantiu nunca ter

procurado colegas para tratar da legalização de jogos, uma das atividades atribuídas ao grupo investigado.

Sobre as gravações, tanto na coleta da prova quanto na transcrição, o senador afirmou que traria “maldosas fraudes realizadas pela polícia”. O pedido de perícia feito pela defesa dele foi negado.

— O que coloca a população contra o homem público são três providências tomadas pela Polícia e o Ministério Público federais antes da divulgação: a edição, a montagem e a interpretação dos diálogos — acusou.

Ainda de acordo com Demóstenes, das 250 mil horas de gravação, apenas 150 minutos foram transcritos e só três minutos foram usados no parecer do conselho pela sua cassação. O trecho mais repetido — no qual teria dito “te pega” a Cachoeira ao analisar um projeto que tornaria crime a exploração de jogos sem autorização — é, segundo o senador, parte de uma informação sobre projeto de interesse da sociedade.

— Dentro de 250 mil horas



Gravações foram “maldosas fraudes feitas pela polícia”, diz Demóstenes

de gravação, pode ser cassado um mandato de 2 milhões de votos por causa de seis letras, três sílabas, duas palavras e uma interpretação — disse.

O senador criticou o vazamento à imprensa de informações em “pílulas” e citou a alta quantidade de reportagens e postagens críticas em redes sociais. Para ele, a estratégia é reutilizar as acusações para aniquilar sua imagem.

— No âmbito jurídico, nem sequer fui acusado, mas no

tribunal das manchetes já fui denunciado, julgado e condenado — observou.

Apesar de reafirmar inocência, Demóstenes se desculpou com os colegas por possíveis constrangimentos e disse não ter procurado todos por falta de oportunidade e, em alguns casos, por vergonha. Ele citou nominalmente os 44 colegas que o apoiaram em 6 de março, quando se defendeu pela primeira vez na tribuna.

— Vossas Excelências verão que os apartes não foram em vão, não mais lhes causarão decepção ou constrangimento.

Demóstenes afirmou que subirá à tribuna todos os dias até 11 de julho, quando o Plenário votará o pedido de cassação do seu mandato. Para ele, seu tempo de defesa — 30 minutos — será curto, motivo pelo qual pretende apresentar sua versão antes, por partes.

No Plenário, a votação será secreta. Amanhã a Comissão de Constituição e Justiça votará o relatório de Pedro Taques (PDT-MT) pela admissibilidade do parecer do Conselho de Ética, que recomendou a cassação do mandato.

Acusados voltam a ser presos; integrantes da CPI apoiam decisão judicial

A volta à prisão de três acusados de integrar o grupo de Carlinhos Cachoeira agradou a integrantes da CPI mista.

O ex-vereador Wladimir Garcez, tido como um dos braços políticos do esquema; Lenine de Araújo Souza, suposto

contador; e José Olímpio de Queiroga Neto, acusado de ser sócio de Cachoeira na exploração de caça-níqueis, foram novamente presos pela Polícia Federal no sábado — um desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, revogou o *habeas corpus* con-

cedido em 16 de junho.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a prisão preventiva se justifica porque as investigações ainda não se encerraram.

— Há evidente risco de destruição de provas, de ocultação de documentos e de cooptação de testemunhas, sem falar de

ameaças a autoridades.

Pedro Taques concordou: — Mostra que existe coerência no Judiciário brasileiro e comprova que o desembargador Tourinho Neto [que concedera o *habeas corpus*] estava equivocado quando liberou esses três acusados.

PT prioriza candidatos a prefeito jovens no Acre, afirma Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) informou que o PT no Acre finalizou as convenções partidárias para as eleições municipais de 2012 dando prioridade a jovens candidatos. O partido, afirmou o engenheiro Marcus Alexandre como candidato a prefeito de Rio Branco e o professor Márcio Batista como vice. Jovens candidatos também escolhidos nos municípios de Tarauacá, Epitaciolândia e Sena Madureira.

Anibal Diniz também requereu voto de pesar pelo falecimento do pastor Afif Arão, da Igreja Renovada. O enterro seria ontem em Rio Branco.

Simon cobra de CPI convocação de Pagot e Fernando Cavendish

Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo à CPI do Cachoeira para que aprove a convocação de Luiz Antônio Pagot, ex-diretor-geral do Dnit, e de Fernando Cavendish, ex-presidente da Delta Construção.

O parlamentar assinalou que a não convocação de Pagot e Cavendish pode se tornar uma “mancha irreversível” na história política do relator da comissão, deputado Odair Cunha (PT-MG).

Outro alerta feito por Simon foi quanto à mancha na imagem do Senado caso Pagot acabe ouvido no Congresso em convocação paralela, proposta pela oposição.

Ângela: greve em universidades precisa de solução rápida

Ângela Portela (PT-RR) se disse muito preocupada com a greve dos professores universitários e dos profissionais técnico-administrativos dos institutos federais, que vai completar dois meses. Para a senadora, o pleito pela reestruturação da carreira é justo, mas a greve precisa ser resolvida o mais brevemente possível.

— Considero esse cenário por demais preocupante. Nenhuma nação consegue crescer se a educação e seus trabalhadores não forem encarados como prioridade.

Rolleberg quer que Mercadante se envolva nas negociações

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) manifestou apoio à greve dos professores das universidades federais por melhores salários. A paralisação já dura quase dois meses e atinge 90% das universidades federais.

O senador fez um apelo ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para que se envolva nas negociações com os professores, a fim de garantir uma solução efetiva e rápida para a greve.

Rolleberg também cobrou o aperfeiçoamento da infraestrutura dos *campi* e melhores condições de trabalho.



Wladimir Barreto/Agência Senado



Wladimir Barreto/Agência Senado



Wladimir Barreto/Agência Senado



Wladimir Barreto/Agência Senado



Wladimir Barreto/Agência Senado

Propostas de emenda à Constituição que transferem do Executivo para o Congresso responsabilidade pela demarcação criam mais obstáculos devido à bancada ruralista, afirmam representantes indígenas



Paulo Paim (C) preside a audiência solicitada por Capiberibe (5º à esq.) na Comissão de Direitos Humanos

Índios rejeitam mudança na demarcação de terras

PROPOSTAS DE EMENDA à Constituição (PECs) que transferem a responsabilidade da demarcação de terras indígenas do Executivo para o Congresso foram duramente criticadas ontem em debate no Senado. Índios e representantes de comunidades indígenas acusaram a bancada ruralista de ser a principal patrocinadora dessas iniciativas.

Na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, disse que as propostas criam ainda mais obstáculos ao reconhecimento e à demarcação de terras indígenas, haja vista o grande poder da bancada ruralista. Ele acrescentou que a lentidão na demarcação contribui para a violência no campo e argumentou que as PECs são inconstitucionais porque prejudicariam o equilíbrio entre os Poderes. O Cimi é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O principal alvo dos protestos é a PEC 215/00, que “inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas”, e tramita na Câmara em conjunto com outras 11 matérias. A PEC 38/99, que tramita no Senado,

é semelhante: transfere a responsabilidade para o Senado, e não para o Congresso.

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Gercino da Silva Filho, entre as principais causas da violência no campo, estão a presença de pistoleiros nas fazendas, os despejos sem ordens judiciais e a grilagem de terras (apropriação indevida de áreas públicas por meio da falsificação de documentos).

Para João Capiberibe (PSB-AP), que solicitou a audiência, a violência é resultado da ausência do Estado.

— É assim em muitas favelas do Rio de Janeiro, é assim no campo. Vira faroeste — exemplificou Capiberibe.

Ao destacar que assassinatos no meio rural são uma constante, o senador lembrou a morte de Chico Mendes, em 1988, e da irmã Dorothy Stang, em 2005. Ele associou a violência dos últimos anos ao avanço da fronteira agrícola.

Assassinatos

Citando o relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, divulgado pelo Cimi no mês passado, Cleber Buzatto afirmou que 51 índios foram assassinados no Brasil em 2011, sendo 32 em Mato Grosso do Sul. Esse número poderia ter sido maior, caso tivessem sido consumadas

94 tentativas de assassinato, sendo 85 só naquele estado.

Como exemplo da violência naquela região, Buzatto citou o caso de Nísio Gomes, cacique guarani-caiúá que atuava como defensor dos direitos indígenas e está desaparecido desde novembro. Segundo índios, o cacique foi morto a tiros e seu corpo foi levado por pistoleiros.

Os números do Cimi, no entanto, foram diferentes dos apresentados por Gercino. Um exemplo: de acordo com os dados apresentados por Gercino, houve no ano passado 12 homicídios provocados por motivação agrária — a discrepância chama a atenção porque os dados da comissão são mais abrangentes, já que não se restringem aos indígenas.

Segundo Gercino, a diferença existe porque a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo considera apenas os assassinatos causados por conflitos agrários, enquanto o Cimi teria registrado todos os homicídios no campo, como se todos fossem decorrência desse tipo de conflito. O representante do Cimi observa que talvez os dados apresentados por Gercino não contemplem adequadamente os conflitos fundiários que envolvem os povos indígenas, concentrando-se nos casos com trabalhadores rurais não indígenas.

Neblina em Montevideu impede que senadores participem do Parlasul

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ana Amélia (PP-RS) e cinco deputados federais não poderão participar das atividades do Parlamento do Mercosul, em Montevideu (Uruguai). O avião em que viajavam não foi autorizado a pousar no aeroporto da cidade por causa de uma forte neblina e teve de voltar para o Brasil.

Dessa forma, os sete brasileiros não ouvirão as

explicações dos parlamentares paraguaios sobre o *impeachment* do ex-presidente Fernando Lugo. O grupo será representado pelo presidente da Representação Brasileira no Parlasul, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

“O voo que me transportava para a reunião do Parlasul arremeteu duas vezes porque não conseguiu pousar por falta de teto”, escreveu Valadares, no Twitter.

Alvaro: brasiguaios apoiam presidência de Federico Franco

Os brasiguaios acreditam que, com Federico Franco na presidência do Paraguai, terão mais apoio, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador esteve no Paraguai no fim de semana e afirmou que ouviu dos brasiguaios que Franco já reconheceu a importância econômica

dos brasileiros na agricultura local. Alvaro criticou as retaliações do Mercosul ao Paraguai.

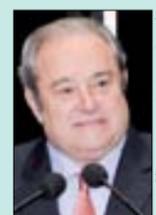


Waldemir Borreto/Agência Senado

— Lamento que as autoridades brasileiras estejam a reboque de lideranças sem o nível necessário para tratar de assuntos ligados à integração latino-americana — disse.

Russo destaca sustentabilidade em Mato Grosso do Sul

Antonio Russo (PR-MS) disse ontem que Mato Grosso do Sul está se tornando



Waldemir Borreto/Agência Senado

a unidade federativa com os melhores indicadores de sustentabilidade. Segundo o senador, o processo é resultado da aliança de planejamento, incentivos fiscais, marcos regulatórios, parcerias público-privadas adequadas e credibilidade.

Russo afirmou que o agronegócio do estado tem crescido acima da média nacional, mantendo praticamente intocável o uso dos recursos naturais. Além disso, turbina a economia sobre a mesma base territorial dos últimos anos sem avançar sobre áreas preservadas.

Crédito pode levar a endividamento e inflação, alerta Cyro

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou as medidas de estímulo ao consumo adotadas pelo governo



Waldemir Borreto/Agência Senado

para aquecer a economia. O senador afirmou que a oferta de crédito está aumentando o endividamento das famílias e promovendo inflação, o que poderia comprometer a estabilidade financeira alcançada com o Plano Real. A solução, disse, seria fazer uma “reengenharia econômica”, com revisão do sistema tributário, desoneração da classe média e ampla renegociação da dívida dos estados. O senador também alertou para a queda de 16% da arrecadação em maio em relação a abril.

No Fórum Senado Brasil 2012, Vladimir Safatle diz que os partidos perderam a função

O professor de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Vladimir Safatle avaliou a atuação dos partidos como impedimento a uma participação genuína do povo na política, mas é otimista quanto à emergência de mecanismos de democracia direta.

Oitavo conferencista do Fórum Senado Brasil 2012, Safatle defendeu a extinção dos partidos políticos — “já sem

comunicação real e identidade com o eleitor” — ou, no mínimo, sua substituição por frentes legítimas e pulsantes diante dos interesses e demandas do povo.

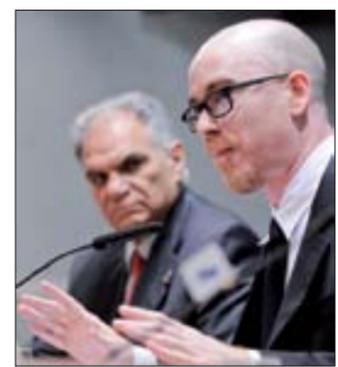
Do rol de organizações ultrapassadas, ele não excluiu nem partidos de esquerda, que, a seu ver, “de forma fatalista, têm colaborado em muitos países com programas de ajuste danosos à população e benéficos a financistas e governantes”.

— A forma partido não tem mais função — sentenciou.

Para Safatle, é falso pensar que a democracia se realiza naturalmente, por intermédio de parlamentares que às vezes “levam anos para deliberar sobre matérias que demandam solução urgente”. Ele afastou as acusações de que o “assembleísmo” tornaria inviável a tomada de decisões. Para o professor, as possibilidades de

participação política direta devem ser mais bem exploradas, sobretudo agora que a tecnologia da informação propicia conexões ágeis e seguras.

Como exemplos de mudança de verdade no cenário político, Safatle citou movimentos como o dos indignados na Espanha e o Occupy Wall Street nos Estados Unidos. Também elogiou a Primavera Árabe e os protestos anticorrupção no Brasil.



Lito de Paula/Agência Senado

Para Safatle, partidos políticos já não têm mais identidade com os eleitores